

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS – PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO**

AÉCIO DANILO COXINSKI IGNÁCIO

**O VALOR PROBATÓRIO DA PALAVRA DA VÍTIMA NOS CRIMES
REGIDOS PELA LEI MARIA DA PENHA (LEI 11.340/06)**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**Cacoal – RO
2018**

AÉCIO DANILO COXINSKI IGNÁCIO

**O VALOR PROBATÓRIO DA PALAVRA DA VÍTIMA NOS CRIMES
REGIDOS PELA LEI MARIA DA PENHA (LEI 11.340/06)**

Monografia apresentada à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito, elaborada sob a orientação da professora M.^a Ozana Rodrigues Boritza.

**Cacoal- RO
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

I24v Ignacio, Aecio Danilo.

O valor probatório da palavra da vítima nos crimes regidos pela Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) / Aecio Danilo Ignacio. -- Cacoal, RO, 2018.

45 f.

Orientador(a): Prof.^a Ma. Ozana Rodrigues Boritza

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1. Vitimologia. 2. Palavra da vítima. 3. Violência doméstica. I. Boritza, Ozana Rodrigues. II. Título.

CDU 343

Bibliotecário(a) Leonel Gandi dos Santos

CRB 11/753

O VALOR PROBATÓRIO DA PALAVRA DA VÍTIMA NOS CRIMES REGIDOS PELA LEI MARIA DA PENHA (LEI 11.340/06)

Por

AÉCIO DANILO COXINSKI IGNÁCIO

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, para obtenção do grau de Bacharel em Direito, mediante a Banca Examinadora formada por:

Professora M.^a Ozana Rodrigues Boritza - UNIR - Presidente

Professor Esp. Antônio Siviero - UNIR - Membro

Professor Esp. Antonio Paulo dos Santos Filho - UNIR - Membro

Conceito: 9,0

Cacoal, 09 de julho de 2018.

Dedico este trabalho aos meus pais Sérgio e Clarice por sempre acreditarem no meu potencial e me apoiarem nos momentos bons e ruins de minha vida, sem medir esforços para que eu pudesse conquistar meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ajudar-me nos momentos difíceis e por permitir que finalizasse mais uma etapa de minha vida.

A minha orientadora, Professora M.^a Ozana, pela paciência e disponibilidade em transmitir seus conhecimentos. A professora de monografia, professora M.^a Sônia Mara Nita, por aguentar meu mau humor a cada orientação.

Aos colegas de turma, por me ajudar sempre nos momentos de dificuldades, principalmente aos amigos Fábio Matos e Josué Salina, que diariamente me acompanharam no trajeto de 220 km percorrido para assistir as aulas.

RESUMO

A Lei 11.340/2006, também denominada Lei Maria da Penha, surgiu com o objetivo primordial de “coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher” (art. 1º), sendo fruto de uma evolução dentro do Direito Brasileiro que permitiu a criação de institutos de proteção às vítimas consideradas hipossuficientes do ponto de vista penal. A Lei Maria da Penha surgiu como resposta às diversas pressões nacionais e internacionais e logrou de êxito em diversos pontos, porém, vários preceitos e dispositivos da referida Lei ainda são objetos de discussões assíduas jurisprudencial e doutrinariamente. O propósito do presente trabalho consiste em oferecer critérios para uma melhor interpretação e valoração dos meios de prova utilizados nos processos que envolvem violência doméstica, enfatizando a utilização da palavra da vítima como meio primordial para a condenação do acusado. Demonstrar-se-á ainda o atual entendimento das Cortes Superiores de Justiça no Brasil e a consequência prática do entendimento trazido por estas, evidenciando dessa forma a importância de uma maior sensibilidade dos julgadores nos crimes que envolvem violência doméstica e da criação de centros de estudo psicossociais nas varas especializadas em violência doméstica e familiar contra a mulher.

Palavras-chave: Direito Penal e Processual Penal. Lei Maria da Penha (11.340/06). Da Palavra da Vítima. Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.

ABSTRACT

Law 11,340 / 2006, also known as the Maria da Penha Law, came up with the primary objective of "curbing and preventing domestic and family violence against women" (article 1), as a result of an evolution within Brazilian law that allowed creation of institutes for the protection of victims that are considered to be hypocrisy from the criminal point of view. The Maria da Penha Law came as a response to the various national and international pressures and has succeeded in several points, however, several precepts and provisions of the aforementioned Law are still objects of assiduous jurisprudential and doctrinal discussions. The purpose of this study is to provide criteria for a better interpretation and evaluation of the evidence used in domestic violence cases, emphasizing the use of the victim's word as the primary means of condemning the accused. It will also demonstrate the current understanding of the Superior Courts of Justice in Brazil and the practical consequence of the understanding brought by these, thus showing the importance of a greater sensitivity of the judges in crimes involving domestic violence and the creation of centers of study psychosocial interventions in sticks specialized in domestic and family violence against women.

Keyword: Criminal Law and Criminal Procedure. Lei Maria da Penha (11.340 / 06). From the Word of the Victim. Domestic and Family Violence Against Women.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 O HOMEM COMO ANIMAL SOCIAL	11
1.1 O DIREITO E A SOCIEDADE HUMANA.....	12
1.2 SOCIEDADES PATRIARCAIS	15
1.3 O DIREITO COMO EQUILÍBRIO PARA A FIGURA DA MULHER.....	16
2 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E O ADVENTO DA LEI MARIA DA PENHA.....	21
2.1 SUJEITOS DOS CRIMES DOMÉSTICOS	23
2.1.1 A Vítima segundo o direito penal brasileiro.....	23
2.1.2 Perfil do agressor dos delitos domésticos contra a mulher	24
2.1.3 Perfil das vítimas da violência doméstica e familiar	25
2.2 FORMAS DE VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES ÍNTIMAS CONTRA AS MULHERES	27
3 A LEI MARIA DA PENHA E A SUA APLICAÇÃO NO MUNDO JURÍDICO	29
3.1 A PALAVRA DA VÍTIMA ENQUANTO VALOR PROBATÓRIO	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS.....	42

INTRODUÇÃO

É cediço que a sociedade humana tem suas origens num sistema eminentemente patriarcal. Neste cenário dominado pelos homens, os quais empregam a violência, especialmente a física, para a sua manutenção, urge o movimento das mulheres para que distorções históricas sejam corrigidas.

Assim, o presente estudo visa analisar a vitimologia e suas vertentes dentro do direito processual penal brasileiro, observando principalmente a postura da doutrina e da jurisprudência diante da valoração da palavra da vítima, especialmente nos processos referentes a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06).

Cinge-se, inicialmente, apresentar o papel do direito na sociedade, demonstrar a histórica luta das mulheres pelo reconhecimento de sua importância e de sua igualdade frente aos homens e de como o direito pode ser a ferramenta necessária para a obtenção desse tão almejado reconhecimento.

Posteriormente discorrer-se-á sobre conceitos básicos que envolvem a violência doméstica contra a mulher, sendo imprescindível desvendar suas raízes históricas e sua evolução no decorrer do tempo, bem como, fazer uma análise acerca da violência contra a mulher e o papel dos direitos humanos neste contexto.

Num segundo momento, fez-se necessário demonstrar a importância do estudo vitimológico no atual momento processual brasileiro, dando enfoque principalmente à classificação da vítima como forma de diferenciar os tipos de vítima e consequentemente criar níveis de valoração da palavra do ofendido.

Em seguida, coube certificar se a palavra da vítima pode mesmo ser considerada como meio de prova suficiente para efetivar uma condenação. É sabido que em se tratando de processos penais, principalmente aqueles que

envolvem violência doméstica, a palavra da vítima é de grande valia para a estruturação das provas e a possível condenação do acusado, mas fica a dúvida se isso necessariamente indica que tal palavra poderá ser utilizada como forma única de prova para efetivar decretos condenatórios.

Por fim, discorre-se sobre o atual entendimento das Cortes Superiores em relação à utilização da palavra da vítima e se esta é mesmo prova estruturante dos processos envolvendo a Lei 11.340/06, já que nesses processos, considerados como “exceção”, a palavra da vítima vem sendo utilizada como meio suficiente para a condenação do ofendido e através da pesquisa apontar possíveis soluções para que vítima e agressor tenham seus direitos e garantias fundamentais respeitados.

Destaca-se que o estudo não pretende ser um fim em si mesmo, mas possui o intuito de fomentar a discussão no sentido de que a Lei 11.340 possa cumprir com seu papel de assegurar às mulheres meios e condições necessárias para a proteção e erradicação de toda forma de violência.

1 O HOMEM COMO ANIMAL SOCIAL

Não há como se pensar nenhuma vida humana, nem mesmo a de um eremita, sem que se testemunhe a presença de outros indivíduos, seja de forma direta ou indireta. Assim, é possível afirmar que toda atividade humana possui como condição o fato de que os homens vivem juntos (ARENDT, 2007). Corroborando com esta assertiva, Fortes (2011, p. 1), afirma que:

O homem é um ser social e precisa estar em contato com seus semelhantes e formar associações. Ele se completa no outro. Somente da interação social é possível o desenvolvimento de suas potencialidades e faculdades. Ele precisa buscar no outro as experiências ou faculdades que não possui e, mais, há a necessidade de passar seu conhecimento adiante. Dessa interação, há crescimento, desenvolvimento pessoal e social.

Ainda, de acordo com Arendt (2007), a ação humana sequer pode ser pensada fora do contexto de sociedade. Nesta ótica, um homem que fabricasse num mundo habitado somente por ele mesmo, não deixaria de ser um fabricante, mas perderia a sua qualidade especificamente humana.

De igual modo, São Tomás de Aquino e Aristóteles afirmavam que a sociabilidade é uma característica essencial ao homem. Deste modo, por ser o homem constituído essencialmente de corpo e alma, Aristóteles afirmava que a sua autorrealização somente seria possível com a criação de vínculos sociais, os quais satisfariam suas necessidades e vontades (FORTES, 2011).

Neste sentido, Aristóteles (2002, p. 12) assevera que:

Assim, o homem é um animal cívico, mais social do que as abelhas e os outros animais que vivem juntos. A natureza, que nada faz em vão, concedeu apenas a ele o dom da palavra, que não devemos confundir com os sons da voz. Estes são apenas a expressão de sensações agradáveis ou desagradáveis, de que os outros animais são, como nós, capazes. A natureza deu-lhes um órgão limitado a este único efeito; nós, porém, temos a mais, senão o conhecimento desenvolvido, pelo menos o sentimento obscuro do bem e do mal, do útil e do nocivo, do justo e do injusto, objetos para a manifestação dos quais nos foi principalmente dado o órgão da fala. Este comércio da palavra é o laço de toda sociedade doméstica e civil.

Aristóteles afirma, ainda, que em contraponto ao homem civilizado, que é o melhor de todos os animais, o homem que não conhece justiça nem leis é o pior de todos os animais. Deste modo, o discernimento e o respeito ao direito são as bases formadoras da vida em sociedade. O uso da força, nesse contexto, somente

pode ser admitido por meio do direito, para a aplicação da justiça.

1.1 O DIREITO E A SOCIEDADE HUMANA

Por ser o homem um animal político, tem ele a vocação para viver em sociedade, uma vez que seja essa a sua necessidade natural. Ainda, consoante tal afirmação, toda sociedade precisa ser organizada e toda organização requer um conjunto de normas, as quais têm por objetivo disciplinar a vida dos membros dessa sociedade, possibilitando aos indivíduos a resolução de conflitos, interesses e pretensões (LENZA, 2011).

Ao observar-se o estágio atual de conhecimento científico acerca do direito, é possível afirmar-se que, desde que o homem se propôs a viver em comunidade, não poderia existir sociedade sem que concomitantemente a este fato existisse o direito. Esta afirmativa pode ser justificada no contexto em que, em qualquer tipo de sociedade, por mais primitiva que fosse, sempre houve e haverá conflitos de interesses e de paixões, o que poderá ocasionar desavenças as quais terão que ser resolvidas por alguém e de acordo com algum princípio (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2001).

Por ser a necessidade humana ilimitada, e os bens objetos dessa necessidade limitados, é que surgem os conflitos de interesse, uma vez que, diante de duas necessidades, só se poderá satisfazer uma. Com o escopo de se evitar uma solução que iria à contramão do bem comum, é que advém o direito (LENZA, 2011).

Deste modo, é o direito que, em toda sociedade, exerce a função ordenadora, ou seja, tem a incumbência de coordenar todos os interesses que se exprimem na vida social, com a finalidade de organizar o convívio entre as pessoas propondo-se à resolução de conflitos e interesses que possam vir a ocorrer entre os membros da sociedade (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2001).

Pode-se afirmar, portanto, que a necessidade é a ausência de algo que acarreta ao ser humano a sua intranquilidade biológica ou psíquica, uma vez que o homem é dependente de alguns elementos para sua sobrevivência e estabilização social, político e cultural. Em outras palavras, a necessidade é a relação, que o ser humano possui, de dependência com determinado elemento. O ser humano, então se sente completo com este determinado elemento, o qual tem a propriedade de

satisfazer as suas necessidades, ou seja, que possa ter utilidade, embora nem tudo que seja útil é indispensável ao ser humano (LENZA, 2011).

Neste sentido, Cintra, Grinover e Dinamarco (2001, p. 19), afirmam que:

A tarefa da ordem jurídica é exatamente a de harmonizar as relações sociais intersubjetivas, a fim de ensejar a máxima realização dos valores humanos com o mínimo de sacrifício e desgaste. O critério que deve orientar essa coordenação ou harmonização é o critério do justo e do eqüitativo, de acordo com a convicção prevalente em determinado momento e lugar.

Contudo, a aplicação do direito deve se dar por intermédio de algum indivíduo previamente escolhido para tal finalidade. Eis que temos, então, a figura do juiz, o qual mediará, através de critérios já estabelecidos - as leis -, os conflitos advindos dessa relação do homem em convívio em sociedade. Corroborando com esta afirmação, Guimarães (*apud* LIMA, s/d, p. 4, 2017), ensina que: “Na família – forma rudimentar da coletividade, o juiz é o pai. No clã, é o chefe, em cujas mãos se concentram, habitualmente, todos os poderes: é o rei, o general, o sacerdote, o legislador, o juiz.”

Sendo assim, quando o clã passa a se tornar mais numeroso, há um aumento e a conseqüente complicação das relações na sociedade. O rei, em função desse aumento populacional, passa a ser absorvido por outras atividades, não podendo assim resolver todas as questões de conflitos de seu povo, o que fará com que tenha que outorgar tal função a um preposto, qual seja a entidade do juiz (CINTRA, GRINOVER, DINAMARCO, 2001).

Nesse primeiro momento, à figura do juiz é dispensada simplesmente a função de mero auxiliar do monarca, onde, em seu nome e através de sua delegação, passa a distribuir a justiça, sempre sob a dependência do monarca. Posteriormente, contudo, o juiz passa a adquirir autoridade e prestígio para julgar o próprio rei, quando passa, então, a tornar-se parte de um poder autônomo, cuja força é canalizada, não mais para a vontade do governante, mas em função da soberania de toda a população.

Neste mesmo contexto, Castro (*apud* LIMA, s/d, p. 5), afirma que:

Nem há entre as instituições humanas outras que mais estreitamente se ligue aos interesses sociais; a administração da justiça é tão necessária para a vida do cidadão como é indispensável a ordem para a conservação da sociedade, na deficiência de meios próprios para resguardar seus

direitos, na contingência de males que é seu dever evitar, vê-se o homem na necessidade de recorrer de contínuo à ação da autoridade para que não venha a sofrer em sua liberdade, segurança ou propriedade violentamente acometida pela perversidade, ambição ou ignorância de seus semelhantes.

Consoante tais afirmações, há de se ponderar que nos dias atuais, só há de se considerar democrático, o regime político baseado na soberania popular e que possua, como alicerce objetivo, a consideração integral aos direitos fundamentais da pessoa humana. Não se atingirá o respeito integral aos direitos do ser humano, caso o poder político supremo não esteja nas mãos do povo. É desta forma que o Poder Judiciário há de ser estruturado, com vistas a atuar como órgão regulador dessas exigências.

No Brasil, até a proclamação da independência, em 1822, a Justiça permaneceu diretamente atrelada a Portugal. Apenas após este período é que houve uma modificação, não só na Justiça, mas também no estudo do direito. Contudo, apesar de a Constituição Imperial ter assegurado independência ao Poder Judiciário, outros dispositivos da Magna Carta vigente à época, garantiam que tal propriedade era relativa, uma vez que o Imperador, no uso de seu Poder Moderador, poderia suspendê-los e que a sua remoção era admitida, mesmo que na forma da lei.

Ao utilizar-se o termo Constituição, remete-se à definição, conforme ensinam Paulo e Alexandrino (2007), de que todo Estado tem uma Constituição, em sentido amplo. Assim, nesta definição ampla, ou sociológica, a Constituição é definida simplesmente como a forma de organização do Estado. Trata-se, portanto, de um conceito fático de Constituição, o qual não depende da existência de um texto escrito, ou mesmo de normas, escritas ou não, concernentes a essa organização.

Assim, sendo o Estado a organização de um povo sobre um território determinado, dotado de soberania, para a existência desse Estado, são necessários três elementos; a soberania, o povo e o território. Nos dias atuais, acrescentou-se, também, a finalidade como elemento integrante da noção de Estado, ou melhor, a organização soberana de um povo em um território deve ser orientada para atingir de um determinado conjunto de finalidades (PAULO; ALEXANDRINO, 2007).

1.2 SOCIEDADES PATRIARCAIS

O homem é um animal social, que necessita do direito para regular sua vida em sociedade. Entretanto, mesmo com a existência do direito, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que se afirme que o homem vive de forma mansa e pacífica. Tal assertiva se justifica com o próprio modelo inicial de sociedade constituído pelos homens. Num primeiro momento, as sociedades eram eminentemente patriarcais, ou seja, comandadas pela figura masculina em detrimento da imagem da mulher (NOGUEIRA, 2018).

A formação da família, baseada no modelo patriarcal, remete à origem do próprio termo família, o qual provém do vocábulo *famulus*, que se traduz na expressão ‘escravo doméstico’. Tal modelo se consolidou ainda na Roma antiga, servindo como base de formação para toda a estrutura social da humanidade. O homem era o centro da família romana, enquanto às mulheres era relegado um papel secundário (NOGUEIRA, 2018).

Costa (2008, p. 5), por sua vez, define o sistema patriarcal como:

[...] organização sexual hierárquica da sociedade tão necessária ao domínio político. Alimenta-se do domínio masculino na estrutura familiar (esfera privada) e na lógica organizacional das instituições políticas (esfera pública) construída a partir de um modelo masculino de dominação (arquetipo viril).

Assim, o patriarca possuía sob o seu poder tanto as mulheres, quanto os filhos e os escravos e, até mesmo, o direito de vida e morte sobre os mesmos. Destaca-se, contudo, que o poder patriarcal não se traduz no poder da figura do pai, mas é centrado na figura do homem. Assim, de acordo com Scott (*apud* NOGUEIRA, 2018), o sistema patriarcal se organiza de forma tal que as mulheres são hierarquicamente subordinadas aos homens, e os jovens subordinados aos homens mais velhos.

O sistema patriarcal, caracterizado pela supremacia masculina, desvalorização da figura feminina e atribuição funcional do ser mulher apenas para fins de reprodução, remonta desde a História Antiga e Idade Média. Assim, a diferença no tratamento dispensado entre as figuras masculinas e femininas culminou nas diversas formas de violência contra mulher, tendo seus alicerces constituídos em alguns mitos efetivados no curso da história (NOGUEIRA, 2018;

COSTA, 2008).

Como se vê, a mulher ao longo do tempo enfrentou diversas discriminações e adaptações em seu meio, na busca pela superação do preconceito social. Neste sentido, Nogueira (2008, p. 7), destaca que:

Portanto, pensar na transformação social envolve transgredir as normas de comportamento, dominação e de poder impostas pela sociedade aos gêneros. Isso não significa a exclusão do masculino, mas o pensar em homens e mulheres a partir do caráter relacional de poder, considerando que não existe apenas uma mulher ou um homem, mas sim, diferentes construções simbólicas de papéis que são flexíveis e mutáveis ao longo do tempo.

Porém, por vezes as mulheres não têm a oportunidade de contrapor com as desigualdades. Ainda hoje, nas sociedades ocidentais, a violência sofrida pelas mulheres é percebida como um atributo de uma sociedade masculinizada, por meio da qual os homens recorrem para produzir sua masculinidade (STECANELA; FERREIRA, 2011).

1.3 O DIREITO COMO EQUILÍBRIO PARA A FIGURA DA MULHER

A sociedade ocidental capitalista moderna, mesmo sob as influências de movimentos feministas, ainda é fortemente marcada por uma cultura patriarcal, onde a mulher é considerada inferior. Toda a cultura patriarcal que permeia nossa sociedade está intimamente ligada à influência dos ideais judaico-cristãos, que associam a figura da mulher ao pecado e à corrupção do homem. A ideia de que é o homem quem dá origem à mulher, vem da história bíblica e de Adão e Eva, onde Eva surge da costela de Adão. Portanto, a existência da mulher subordina-se à vontade do homem, criando-se a figura de uma feminina dependente da figura masculina, uma característica tão própria da sociedade patriarcal e sexista na qual se está inserido (ANGELO, 2014).

De acordo com Leoneli (1998), a Declaração de Direitos Humanos e do Cidadão promulgada na França, foi inspirada nos ideais de liberdade igualdade e fraternidade, marcando uma visão universal dos direitos do homem, sendo, portanto, toda a luz para uma nova ordem, constituindo-se uma preocupação mundial, uma questão que ultrapassa os limites dos interesses de uma nação.

Sobre o que são os direitos humanos, Moscoviato (1997, p. 9). Declara:

São direitos fundamentais de todas as pessoas, sejam elas mulheres, negros, homossexuais, índios, etc. todos, enquanto pessoas devem ser respeitados e sua integridade física, protegida e assegurada.

Assim, os princípios fundamentais, ao abrangerem direitos civis e políticos, bem como direitos econômicos, sociais e culturais, livres e expressamente aceitos pela grande maioria da humanidade e representados por seus governos nacionais, existem para assegurar a dignidade que todas as pessoas possuem que é inerente a sua condição humana. Trata-se de direitos adquiridos por todos desde o nascimento e, estando sob responsabilidade dos governos, cabe a eles a sua proteção (PINHEIRO *et al*, 1994).

No Brasil, a democracia possibilitou ao feminismo reivindicar e conquistar espaços em nível governamental, sendo criados assim os Conselhos dos Direitos da Mulher. Nos anos 1990, agenda feminista foi complementada, sobretudo por meio de ONGs, nas quais a militância informal foi substituída pelo trabalho profissional. Conforme Pintaguy (2001), isso se tornou possível porque as tais ONGs mantinham e ainda mantém um intercâmbio constante pelos meios de comunicação, tecendo desse modo, estratégias nacionais e internacionais que vivem em influenciando debates da ONU sobre a posição da mulher na sociedade, seus direitos sexuais e reprodutivos sobre a problemática violência doméstica.

Rocha (2001) enfatiza que a inclusão para a pauta de discussões do movimento feminista no Parlamento brasileiro, envolveu temas com a liberdade, democracia, direitos sexuais e reprodutivos, além do debate sobre o direito e o aborto, impediu retrocessos, exigindo a atualização e o avanço da legislação no tocante a essas temáticas. Caetano (2002) acrescenta que o movimento feminista nacional tem se mobilizado em torno de temas políticos, com a liberação do aborto e a união civil de pessoas do mesmo sexo.

Trata-se de uma questão com o qual sempre o direito lidou, especialmente com as mulheres e outros grupos de pessoas que vivenciam a sua sexualidade de maneira diversa da maioria heterossexual, que, portanto está mais vulnerável a discriminação. A esse respeito, Pimentel (2001, p. 1) comenta:

A ausência de um questionamento crítico – no marco dos valores de igualdade, respeito, e diversidade – sobre a normatização fortemente restritiva das diversas formas de exercício de sexualidade tem serviço para reforçar e reproduzir preconceitos, estereótipos e discriminações sociais, além de muita hipocrisia e sofrimento.

Basterd (1994) adverte que, nos últimos anos, a articulação entre o movimento feminista brasileiro e o internacional tem visado criar um novo conceito dos direitos humanos que incorpore os direitos da mulher, assim inserindo uma perspectiva de gênero. Pretende-se que os direitos sejam universalizados para homens e mulheres, incorporando, a especificidade das discriminações históricas sofridas por elas. E não é por acaso que, na Declaração de Direitos Humanos, faz-se referência a convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, e que ela tenha sido adotado pela Assembleia Geral da ONU, em 1979, como um instrumento internacional de suma importância relativos aos direitos da mulher, citados da seguinte forma:

A situação de desigualdade real na qual se encontra as mulheres, Por exemplo, tem sido perturbada, de um lado, pela dificuldade de poder exercer seus direitos já consagrados legalmente, e de outro, porque muitas das necessidades não foram traduzidas em termos de direitos.

De acordo com essa respectiva, Salfioyi (1994) resgata a pouca participação das mulheres nas políticas de direitos humanos do Brasil, considerando que “o Estado tem ratificado um ordenamento social a de gênero por meio de um conjunto de leis que se prendem objetivas e neutras”. Isso denota uma visão equivocada do estado a partir da premissa de que em nossa sociedade não existe desigualdade entre os sexos. Tal postura também denuncia uma efetiva dominação masculina, a ponto de nem mesmo a garantia legal de igualdade sexual vir a favorecer a igualdade social. Desse modo, o Estado, além de acolher o poder masculino sobre a mulher, o normatiza, proibindo e criminalizando seus excessos, que integra o poder disciplinador da opressão masculina em relação à mulher.

Mertus (1997) menciona que apesar de todos os esforços femininos para fazer valer e cumprir seus direitos, as práticas dos direitos humanos tem se mostrado deficientes no reconhecimento de violações de direitos em que a mulher é fator de risco. Isso ocorre em virtude das leis abusivas e práticas motivadas ou justificadas pelo sexo ou pelo gênero as quais ainda não foram intencionalmente reconhecidas como violações de direitos humanos. Além disso, com frequência, algumas violações são justificadas com base em diferenças biológicas, como a gravidez, enquanto outras se respaldam nos papéis e valores sociais atribuídos às mulheres, como os afazeres domésticos.

Assim direitos são comumente negados à mulher, desfavorecendo o desempenho de outros papéis na sociedade, em virtude da maternidade e da reprodução. Essa problemática é reafirmada por Mertus (1997) ao comentarem que a maioria dos mecanismos e sistema de defesa dos direitos humanos em níveis nacional, regional e internacional se desenvolveu e foi implantada, fundamentalmente, com a base em um modelo e que, até hoje, o sistema de direitos humanos não inclui, de forma adequada, as experiências e circunstâncias próprias às mulheres.

Os Direitos Humanos Universais e a vitimização da mulher no mundo, um documento complementar, editado pelo Comitê Latino-americano e do Caribe, para os Direitos em Defesa da Mulher (CLADEM), aponta que a violência, como todas as formas de assédios e exploração sexual da mulher, é incompatível com a dignidade da pessoa humana, acrescentando que se somente a eliminação da violência de gênero favorecera seu desenvolvimento individual e social e sua plena e igualitária participação em todas as esferas da vida (DOXEY, 2001) no item XI, Direito a paz e uma vida livre de violência.

Neste cenário, a sociedade brasileira ainda apresenta, em sua maioria, um pensamento de cunho machista em relação à mulher. De acordo com resultados de uma pesquisa realizada com homens jovens da Maré, no Rio de Janeiro, 35% dos entrevistados consideram justificável bater em uma mulher quando ela se veste ou se comporta de maneira provocante, 10% consideram ser legítimo o uso de violência psicológica contra a mulher e 15% admitiram que utilizaram violência física contra suas companheiras nos últimos seis meses (GOMES, 2009).

Dados da pesquisa da campanha “Compromisso e Atitude Lei Maria da Penha: A lei é mais forte”, apontam que 94% dos brasileiros afirmam conhecer a Lei 11.340/06, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, mas apenas 13% sabem o seu conteúdo. E mesmo com a grande visibilidade da Lei, são poucas as pessoas que realmente compreendem para quê e como ela funciona (ANGELO, 2014).

A violência pressupõe complexidade, polissemia e controvérsia, fatores que tem gerado muitas teorias parciais em torno desta prática. Porém, baseando-se na hipótese que a violência seja interpretada por estudiosos do assunto como ações humanas de indivíduos, grupo, classes ou nações, desencadeiam a morte de seres humanos ou que afetam suas integridades físicas, morais ou espirituais,

apresentando profundo enraizamento nas estruturas sociais, políticas bem como nas consciências individuais e coletivas.

2 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E O ADVENTO DA LEI MARIA DA PENHA

A figura da mulher tem sofrido com inúmeros preconceitos e formas de violência ao longo da história. Dessa forma, sendo o direito a ferramenta por meio da qual se regula a vida humana em sociedade, é com a utilização dessa ferramenta que se possibilita o reconhecimento da igualdade da figura feminina perante a figura masculina, uma vez que as diversas formas de violência advêm das desigualdades entre homens e mulheres.

Contudo, em que pese o fato de a cada dia as mulheres demonstrem que possuem capacidade igual – e em muitos casos superior – aos homens, a figura feminina padece com as constantes formas de agressões perpetuadas pela figura masculina. O caso mais emblemático ocorrido no Brasil é descrito por Silva (2011, p. 31-32) nos seguintes moldes:

[...] um crime bárbaro assolou a vida de uma mulher. Por duas vezes vítima de tentativa de homicídio por parte do marido, essa mulher reiteradamente denunciou as agressões que sofreu. Como nada acontecia ao agressor, quase concluiu que ele tinha razão de ter feito o que fez. A morosidade da justiça somente aumentava sua indignação com os fatos, e quase vinte anos se passaram até a condenação final do agressor. A história toda foi tão absurda que instituições denunciaram o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, que impôs multa a ser paga pelo Estado brasileiro à vítima. Além disso, pressionou o Brasil a cumprir as convenções e tratados internacionais que é signatário, desembocando na sanção da lei que trata sobre violência doméstica em 7 de agosto de 2006. Essa mulher é Maria da Penha Maia Fernandes, e em sua homenagem a Lei 11.340/2006 leva seu nome.

A Lei Maria da Penha é uma conquista dos movimentos feministas, que buscam por uma erradicação, prevenção e punição da violência contra a mulher. As relações intrafamiliares foram durante muitos anos interpretadas como algo restrito e privado, por isso que havia uma alta impunidade, até porque o assunto era tratado com naturalidade socialmente, fator que ofuscava a visibilidade do problema, banalizando a ocorrência de violência contra mulheres.

Assim, com a aceitação pela OEA da denúncia formalizada por organizações de defesa dos direitos humanos, a referida organização determinou que o estado brasileiro, além de julgar o agressor, elaborasse uma lei específica para proteção de mulheres vítimas de violência. Destaca-se que o agressor de Maria da Penha havia tentado matá-la por diversas vezes e os seus crimes estavam em vias de

prescrever ante a morosidade da justiça brasileira.

A Lei Maria da Penha é um marco legislativo na mudança do paradigma jurídico de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e intrafamiliar. O dispositivo legal veio para tornar efetivo o §8º, do art. 226 da Constituição Federal, o qual impõe ao Estado o dever de “assegurar à família, na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência, no âmbito de suas relações”.

Por meio da Lei 11.340/2006 foram criados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar, o qual se consagrou com um mecanismo específico para uma atuação mais célere da Justiça em favor das mulheres vítimas de violência. Também se destaca a criação de uma série de medidas protetivas, visando salvaguardar a integridade física e psicológica das vítimas. Nesse sentido, o art. 22 da referida lei dispõe que:

Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

- I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003;
- II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;
- III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:
 - a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;
 - b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;
 - c) freqüentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;
- IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;
- V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

Há de se destacar, também, a celeridade na tramitação dos procedimentos impostos pela Lei Maria da Penha. O dispositivo legal impõe à autoridade policial que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas remeta ao juiz, em apartado, o pedido da ofendida para a concessão das medidas protetivas. Em igual prazo o juiz deverá conhecer do pedido e decidir sobre o mesmo.

Ademais, o referida lei tornou mais severa a punição aos agentes infratores, um vez que, em seu art. 17, proibiu a substituição isolada da pena pelo pagamento de multa e a aplicação de penas de pagamento de cestas básicas ou de prestação pecuniária.

Outro ponto a ser ressaltado diz respeito à assistência às mulheres vítimas desse tipo de violência. Conforme inteligência do art. 9º da Lei 11.340, as vítimas deverão ser incluídas em programas assistenciais dos governos federais, estaduais e municipais.

Como se vê, o referido dispositivo legal inovou, ao possibilitar às mulheres meios de proteção face à violência sofrida. A lei criou ferramentas para reduzir as desigualdades históricas propiciando às mulheres ferramentas mínimas a sua defesa.

Destaca-se, contudo, que a questão da violência familiar ainda é muito complexa, até mesmo para uma legislação específica, fator que tem gerado muita discussão. Tal assertiva se justifica ao ponto em que é sabido que existem muitas formas de agressão. A agressão física, por exemplo, deixa marcas visíveis ao exame clínico. Contudo, a agressão psicológica, tão ou mais grave que a agressão física, é de difícil comprovação. Em casos assim, a palavra da vítima é o meio probatório mais robusto.

Entretanto, em muitos casos, a simples palavra da vítima não tem sido, por si só, suficiente para a punição dos infratores. Trata-se, portanto, de uma questão sensível a qual tem que ser enfrentada por todos os envolvidos na apuração desse tipo de infração, sob o risco de a lei tornar-se inócua na aplicação frente a casos específicos e reais.

2.1 SUJEITOS DOS CRIMES DOMÉSTICOS

2.1.1 A Vítima segundo o direito penal brasileiro.

O conceito de vítima, quase sempre, é o da pessoa sujeita a sofrer qualquer tipo de consequência. Atualmente, hoje são considerados vítima toda a pessoa física, prejudicada por ação ou omissão humana que constitua infração penal. Desta forma, entende-se que vítimas são as pessoas que coletivamente ou individualmente, tenham sofrido danos, tais como lesões físicas, mentais, emocionais, etc. (SOUZA, 2014).

O Sistema Penal Brasileiro adota o discurso da ressocialização do criminoso, sem ter maiores preocupações com a vítima, abandonada a sua própria sorte. Essa postura discordava das diretrizes recomendadas pelo direito internacional, desde a

Declaração de 1948 e de vários tratados que lhe sucederam, mas embora tenha havido alguns avanços nesta área, a vítima ainda ocupa posição de desvantagem. Seus interesses são relegados a um plano absolutamente secundário. No processo penal sua participação restringe-se a prestações de declarações em juízo (SOUZA, 2014).

Desta forma, o ideal seria a criação de políticas públicas voltadas ao bem estar social não só dos infratores, mas também das vítimas que não encontram nenhum apoio por parte do Estado.

2.1.2 Perfil do agressor dos delitos domésticos contra a mulher

Em que pesem o fato de existirem mulheres agressoras nos casos envolvendo a violência doméstica, na maioria dos casos, o homem é o agressor. E, apesar de existirem poucos casos em que as mulheres são sujeitos ativos do crime, quase sempre aparecem como vítimas da violência doméstica. Sendo uma característica predominante no agressor, o fato de manter ou ter mantido relação afetiva íntima com a vítima. Conforme Souza (2014, p. 19-20):

O agressor pode ser qualquer tipo de homem, desde o mais sério e culto ao menos favorecido. Porém, em maioria absoluta, os que mais violentam as mulheres são os mais cultos em que, aparentemente, é um homem acima de qualquer suspeita. Aparece ser um cavalheiro, de reputação ilibada e idônea, tanto no seu ambiente social e de trabalho, não demonstrando nenhuma atitude violenta, esta que, só aparece dentro de casa. Geralmente quando a mulher que foi vítima da violência pede algum tipo de ajuda, alguns vizinhos não acreditam que este “homem cavalheiro”, tenha sido capaz de tal atitude, pois é difícil associar a imagem pública do homem respeitável à do espancador. Do ponto de vista psicológico, esses homens têm uma insegurança muito grande em relação à própria virilidade, ao papel masculino. São muito possessivos e ciumentos, vendo então as mulheres como sua propriedade e não agüentam perder o controle sobre elas, descreve a psicóloga Ruth Gheler. Em geral, de acordo com o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou a questão da violência contra a mulher no país, os agressores são filhos de pais excessivamente autoritários e eles próprios foram vítimas de violência física na infância.

Percebe-se então, que inexiste um perfil característico de um homem agressor, desta forma não há como a sociedade saber ou apontar quem é um agressor ou não. Porém, apesar de ser difícil determinar as razões ou motivações que podem desencadear este tipo de violência, pode-se destacar que a maioria dos agressores sentem uma necessidade de controle ou até mesmo dominação sobre a

vítima. Neste perfil de agressor há um sentimento de poder frente à companheira e receio de uma possível independência da mesma. Assim, os agressores liberam a raiva em resposta à percepção de que estariam perdendo a posição de chefe da família (SOUZA, 2014).

Estudos indicam que não existe coincidência significativa em relação à idade, nível social, educação. Trata-se apenas de um grupo heterogêneo. E quando, trata-se de violência doméstica praticada pela mulher, é estatisticamente inexpressiva, inferior a 1% dos casos registrados (SOUZA, 2014).

Não há pesquisas científicas publicadas que retratem as patologias psiquiátricas dos agressores. Porém, é fato que eles se dividem entre portadores de diversos tipos de transtornos como, por exemplo, transtorno explosivo da personalidade, dependentes químicos e alcoólatras. Além de ser muito característica nos agressores a tendência à minimização da agressão e negação do comportamento agressivo, ou seja, muitos homens que batem em suas companheiras, afirmam que não o fazem.

2.1.3 Perfil das vítimas da violência doméstica e familiar

Diversas pesquisas e estudos mostram alguns padrões comportamentais que se exteriorizam frequentemente nos casos de violência doméstica, lembrando que não há um padrão de vítima. Geralmente a violência se manifesta de maneira reiterada, sendo um padrão de conduta continuado, onde os agressores são geralmente homens, maridos, ex-maridos, companheiros ou ex - companheiros das vítimas.

Destaca-se, também, que indivíduos que foram vítimas de maus-tratos na infância tendem a reproduzir essas condutas, e por esse fato têm mais possibilidades de serem agressores. As agressões sofridas não são conhecidas até transcorrer um longo período de tempo, sem esquecer que o crime doméstico se manifesta como uma violência física, psicológica, sexual, patrimonial ou até mesmo moral, onde as vítimas possuem baixa autoestima e vários problemas de saúde.

Em grande parte dos casos as mulheres são chantageadas por seus maridos e frequentemente cedem às pressões, passando a sentirem-se incapazes de agir. Por tal motivo as vítimas, em sua grande maioria, vivem em estado de pânico e

temor, precisando de ajuda externa para assumir seu problema e encontrar soluções alternativas (SOUZA, 2014).

Consequentemente a violência causa mais do que traumas e hematomas, pois a violência conjugal vem sido associada ao aumento de diversos problemas de saúde, um baixo peso nos recém-nascidos, queixas ginecológicas, ou até mesmo suicídio, entre outras queixas.

As situações traumáticas é uma matéria recente no Brasil e até mesmo no mundo e, portanto, não está claramente especificada na legislação. O dano psíquico é gerado pela ameaça à própria vida ou à integridade psicológica, uma lesão física grave, a percepção do dano com internacional, à perda violenta de um ente querido e a exposição ao sofrimento de outros, ainda que não seja próxima afetivamente (SOUZA, 2014).

Dentre as mais diversas pesquisas sobre as vítimas da violência doméstica e familiar as vítimas possuem, na maioria dos casos, uma união consensual, possuem filhos com estes parceiros, a idade varia de 15 a 60 anos. Contudo, a maioria é jovem, entre a faixa etária de 21 a 35 anos. E surpreendentemente, os dados apontam que a maioria das vítimas é constituída por mulheres brancas, contrariando o formação racial da sociedade brasileira (SOUZA, 2014).

Um dado interessante é que 88% dos casos de agressões foram presenciados pelos filhos. Os estudos brasileiros ainda salientam, com maior ênfase, a baixa renda das mulheres vítimas de violência doméstica, onde é relatado que a renda familiar predominante é entre um a três salários – mínimos (42,6%), seguida pela faixa dos quatro a seis salários (36,1%) e uma categoria de 39,3% que não exercia atividades remuneradas (SOUZA, 2014).

As estatísticas da violência doméstica nas grandes cidades coincidem com as do interior do país, provando que a violência doméstica é um fenômeno global, presente tanto nos países desenvolvidos, como nos subdesenvolvidos e nos que estão em desenvolvimento. No caso brasileiro, a violência está correlacionado à pobreza, a baixa escolaridade e a dependência econômica das mulheres, além disso, o preconceito e a discriminação estão na origem da violência contra a mulher, e é por isso que muitas mulheres sentem-se envergonhadas em admitir, mesmo para amigos, que um membro de sua família pratica violência, e em assim sendo, não o denunciam.

2.2 FORMAS DE VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES ÍNTIMAS CONTRA AS MULHERES

A violência pode ser exercida no terrorismo íntimo, onde em sua grande maioria das situações o homem tem o intuito de exercer controle sobre a sua parceira, sendo que é isso caracteriza o terrorismo íntimo, o exercício de controle e de poder. O uso da violência pode surgir apenas depois de todas as técnicas não violentas de controle, pelo menos no sentido de ausência de coação física, terem sido usadas, mas, quando ela eclode, instala um controle mais ameaçador e perigoso. A partir dessa eclosão, o controle deixa de ser feito apenas pela gestão de constrangimentos, ou até mesmo pelo conhecimento que tem da sua parceira e com a intenção de controlar completamente a relação, não receando, inclusive, atacá-la fisicamente. E o principal meio de controle sobre a vítima é o medo (STECANELA; FERREIRA 2011).

Em contrapartida, a resistência violenta descreve, normalmente, as situações de violência reativa, onde a vítima, que normalmente é a mulher, resiste e responde à violência do seu parceiro. Em alguns casos, trata-se de uma reação instintiva e imediata, um ato de legítima defesa perante uma agressão, noutros, constitui a derradeira tentativa de ser opor e deter a violência do parceiro. No entanto, neste caso, o uso da violência não visa exercer um controle sobre o parceiro e sim evitar agressões e coações. Desta forma, a resistência violenta constitui um tentativa para escapar das agressões e coações que, na maior parte das vezes, leva a que o agressor se torne ainda mais violento e com isso o parceiro busca o uso mais intenso da força física para dominar a situação. Em algumas situações, a tentativa de escapar do agressor pode levar a vítima a matá-lo. Mas o que caracteriza a resistência violenta e a distingue de outros tipos de violência é o fato de a vítima usar a violência não no sentido de procurar dominar ou controlar a relação com o seu parceiro, mas como uma reação de legítima defesa e de preservação da sua integridade pessoal.

A violência situacional, segundo Johnson (1985), é provavelmente o tipo predominante de violência no território das relações íntimas. Ao contrário do terrorismo íntimo, a violência não envolve qualquer tentativa de exercer domínio ou controle sobre a relação. Neste caso, a violência é consequência de situações específicas que provocam emoções ou tensões que a desencadeiam. Nas relações íntimas, existe espaço para o conflito e, quando esse se desenvolve numa escalada

crescente de provações, pode degenerar em agressão física e mesmo quando a agressão não provoca grandes danos físicos – o que constitui a maior parte das situações – não deixa de constituir um atentado contra a integridade física e moral da pessoa. Basicamente, não é a gravidade do ato cometido que define esse tipo de violência, mas, antes, o conflito que nasce das situações que enquadram as relações íntimas (STECANELA; FERREIRA, 2011).

Há também a violência mútua de controle, este é o tipo menos comum e sobre o qual se sabe menos da dinâmica da relação. Neste caso de violência, ambos os parceiros se envolvem num exercício de violência e de controle, que leva a que ambos possam ser identificados como terroristas íntimos. Aparentemente, os dois membros do casal estão envolvidos num combate mútuo, mas é possível que haja um desequilíbrio de poder no interior da relação. É possível que, em muitas situações, a violência mútua encubra um terrorismo íntimo e uma resistência violenta ou uma violência situacional de casal em que ambos os parceiros se tornam dominadores, desta forma, é uma violência que mistura todas as que já foram mencionadas, mas seja como for, na violência mútua, há sempre a tentativa de reter o domínio da relação, desígnio que é procurado por ambos.

3 A LEI MARIA DA PENHA E A SUA APLICAÇÃO NO MUNDO JURÍDICO

Com o advento da Lei 11.340/2006, denominada Lei Maria da Penha, foram criados mecanismos mais eficientes para se coibir a violência contra a mulher no âmbito familiar e doméstico, criando-se tratamentos criminais que modificaram as relações entre mulheres vítimas desse tipo de violência e seus agressores (SILVA, 2011).

Como se vê, o dispositivo legal em comento veio com o intuito de propiciar novo fôlego na luta contra a violência em desfavor da mulher. Ressalta-se que a lei inovou ao buscar uma modificação da norma legal com o campo jurídico, o qual é marcado pela discriminação e preconceito, uma vez que alicerça como um espaço majoritariamente composto por homens construídos socialmente para se imporem e sobressaírem-se sobre as mulheres (SILVA, 2011).

Entretanto, alguns doutrinadores apontam a Lei Maria da Penha como uma Lei Penal. Contudo, ela na verdade é uma lei multidisciplinar, tanto que apenas cinco artigos são ligados direta ou indiretamente ao Direito Penal e Processual Penal, ficando o restante ligado ao Direito Civil, Previdenciário, Trabalhista, etc. Na lei 11.340/2006, foi realizado estudo minucioso da violência familiar, destoando da violência comum, criando uma nova espécie, que é aquela praticada contra a mulher, em seu ambiente doméstico, familiar ou de intimidade.

Portanto, a finalidade da Lei Maria da Penha são encontradas no art. 1º, Lei 11.340/06, sendo as principais: criar mecanismos para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, criar juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher, estabelecendo, assim, medidas de assistência e também medidas de proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar.

No artigo 8º e seus incisos da lei Maria da Penha é dedicado a estabelecer medidas que devem ser implementadas para prevenir e coibir a violência doméstica, devendo ser formulada e colocada em prática por meio de um conjunto articulado de ações do poder público (União, Estado, Distrito Federal e Municípios) e de Ações não governamentais (SILVA; TEIXEIRA, 2014).

Enquanto que no artigo 9º da Lei Maria da Penha, está descrito as formas de assistência à mulher, sendo colocados os mecanismos de assistência, ou seja, a tríplice assistência que consiste em (SILVA; TEIXEIRA, 2014, p.7):

- 1- assistência social, incluindo a ofendida no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal;
- 2- assistência à saúde, que compreende o acesso aos benefícios decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo os serviços de contracepção de emergência à profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis e outros procedimentos médicos necessários e cabíveis em casos de violência sexuais;
- 3- assistência à segurança pública, garantindo a vítima proteção policial bem como abrigo ou local seguro quando houver risco de vida, e se necessário, acompanhamento da ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar.

Porém, o maior diferencial na Lei Maria da Penha, são as medidas protetivas de urgência, previstas nos artigos 22 a 24, que podem ser aplicadas de acordo com a gravidade de cada caso. No entanto, essas medidas não se limitam apenas a esses artigos, mas em toda a lei existem diversas medidas voltadas à proteção da mulher vítima. Essas medidas podem ser concedidas de ofício pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou pela própria ofendida. A mulher vítima de violência doméstica deve dirigir-se a uma delegacia de Polícia, preferencialmente especializada, ou seja, a uma delegacia de Defesa da Mulher, a fim de relatar o ocorrido a uma autoridade policial, que deverá tomar as providências legais cabíveis, que estão nos artigos 10 e 11 da lei Maria da Penha e assim garantindo uma maior proteção à vítima. Ademais, a autoridade Policial deve representar ao juiz as medidas protetivas requeridas pela vítima em até 48 horas do requerimento, conforme o artigo 12 inciso III da Lei Maria da Penha (SILVA; TEIXEIRA, 2014).

O Juiz competente é o juiz do Juizado Especial da Mulher, que tem competência penal e civil, ou seja, julga tanto o crime quanto a separação judicial determinando o afastamento do agressor. Na ausência do juizado especial, as varas criminais acumularão as competências civis e criminais para conhecer e julgar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher (SILVA; TEIXEIRA, 2014, p. 8).

Ao estabelecer as diretrizes gerais da Política Nacional de Enfretamento a Violência contra as Mulheres, a Lei Maria da Penha cria responsabilidades a serem cumpridas pelos poderes judiciário, executivo, legislativo no Brasil e na sociedade civil, nesse aspecto, a Lei consolida e efetiva as políticas públicas existentes, sem nenhuma Lei que as regulamentasse em suas funções, papéis, representação e orientação, o que as tornava vulnerável diante dos governos diferenciados de cada localidade (GONÇALVES; CRUZ, 2006).

A partir da Lei Maria da Penha ficam estabelecidas às funções de cada poder, e sua implementação só é possível se cada um cumprir seu papel, nesse sentido para ter a garantir o acesso à justiça cabe (GONÇALVES; CRUZ, 2006, p. 74):

- A) Garantir em articulação com os Tribunais de Justiça dos Estados a criação dos Juizados Especiais da violência contra a Mulher que é fundamental no combate a impunidade e a celeridade dos processos que chegam à justiça. Os juizados são a maior conquista nessa Lei e um elemento fundamental na política nacional, pois é a garantia de acesso das mulheres em situação de violência à justiça.
- B) A instituição de Defensorias Públicas Especializadas no atendimento a mulher em situação de violência, é responsabilidade da Defensoria Pública pois é um dos instrumentos de garantia de que as mulheres tenham seus direitos respeitados e que seja acompanhada de advogado nas audiências perante o juiz. Questão esta, que até hoje só caberia ao réu. Portanto, a sua existência e a certeza do cumprimento a Lei. Cabe salientar que a Defensoria Pública é de responsabilidade do Governo de Estado.
- C) O Ministério Público terá um papel importante nas medidas protetivas e de urgência e representação junto à justiça.
- D) Sensibilizar e conquistar operadores do direito para o enfrentamento a violência contra a Mulher, através de debates, seminários, workshop, nas faculdades de direito, junto a Associação Nacional dos Magistrados, Associação Nacional dos Defensores Públicos, Ordem dos Advogados do Brasil, etc.

Na parte de prevenção, enfrentar a violência contra a Mulher é rediscutir os valores, comportamentos construídos em nossa sociedade sobre papéis de homens e mulheres, é redefinir nossa cultura, nossa educação, como pensamos a sociedade e de que forma a queremos. A Lei Maria da Penha, traz uma série de medidas a serem implementadas que são fundamentais na desconstrução das desigualdades e discriminações existentes (GONÇALVES; CRUZ, 2006, p. 74):

- a) Articular campanhas em níveis locais, Estaduais e Nacional com a perspectiva de denúncia, informação e enfrentamento a violência contra a mulher.
- b) Acompanhar e monitorar programas de rádio e televisão com o objetivo de reeducação na linguagem, e novo trato nos (as) personagens de novelas, filmes, etc.
- c) Destaque nos currículos escolares de todos os níveis de ensino para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero, de raça e etnia ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.
- d) Deve ser instituído o Sistema Nacional de Dados e Informações relativo às Mulheres, com base nos dados dos órgãos oficiais da Segurança Pública e Justiça.
- e) Promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade das pessoas humanas com a perspectiva de gênero, raça e etnia.

Na questão do atendimento, quando se trata de assistência à mulher em situação de violência a Lei Maria da Penha garante que “as mulheres em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada conforme diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social, do Sistema Único de Saúde, Sistema Único da Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção”.

Assim, a violência contra a mulher é qualificada como uma questão de política pública no País, institucionalizando e responsabilizando os executivos estaduais, municipais e a União, na criação de serviços de atendimento a mulher em situação de violência (BRASIL, 2012, p. 75)

- a) Centros de Referência de atendimento a mulher e seus dependentes; é prioritariamente responsabilidade do município, deve prestar atendimento, psicológico, social, de orientação e informação.
- b) Abrigos para Mulheres em risco de morte e seus respectivos dependentes. O abrigo deve ser lugar sigiloso que garanta segurança à mulher e seus filhos, proporcionando acolhimento e um acompanhamento psicológico e social, buscando garantir o resgate da auto-estima e cidadania das mulheres.
- c) Defensorias Públicas são de responsabilidade dos Governos Estaduais e devem ser instaladas para defesa dos direitos da mulher e acompanhamento do caso pela mesma.
- d) Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulher, são de responsabilidade do Governo do Estado e tem o papel de tipificar, apurar e investigar os crimes de violência contra a mulher.
- e) Serviços de Saúde, é uma das portas de entrada das mulheres na rede de serviços e tem papel fundamental, tanto no atendimento como na prevenção, através de notificação e acompanhamento.
- f) Instituto Médico Legal, é o serviço que contribui principalmente com a perícia e tem papel fundamental no processo, garantindo a não impunidade.
- g) Centros de Reabilitação para agressores, deverá ser o espaço que vai atender os agressores após condenação do juiz, é de responsabilidade do Estado, seja da segurança pública ou da justiça.
- h) Sobre o orçamento para execução das políticas, a Lei diz: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios poderão estabelecer dotações orçamentárias específicas, em cada exercício financeiro, para implementação das medidas estabelecidas nesta Lei”.
- i) Caberá a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios promoverão a adaptação de seus órgãos e programas às diretrizes e ao princípio da Lei.

Ante ao exposto, fica perceptível que a Lei Maria da Penha não foi criada tão somente para punir os agressores nos crimes de violência doméstica familiar contra a mulher, mas também tem por objetivo, através dos mecanismos nem sempre presentes em seu texto, medidas de proteção anteriores e posteriores às vítimas e de ressocialização aos agressores, ou seja, indo além do direito penal e processual penal puro e simples.

3.1 A PALAVRA DA VÍTIMA ENQUANTO VALOR PROBATÓRIO

A Lei Maria da Penha trouxe ao mundo fático, ferramentas que buscam igualizar a relação Homem x Mulher, uma luta historicamente marcada por injustiças. Ao colocar a mulher como figura a ser protegida, propiciou-se um cenário onde as vítimas pudessem defender-se, utilizando-se os meios jurídicos necessários e garantindo sua dignidade.

Foram criadas medidas protetivas, delegacias da mulher, casas “Maria da Penha” oferecidas às mulheres vítimas de violência doméstica, a impossibilidade da suspensão condicional do processo, da transação penal, do termo circunstanciado e da reparação civil de danos.

Contudo, bastante salutar é o debate acerca da possibilidade de se considerar apenas a palavra da vítima para a condenação do réu. Como já mencionado alhures, a Lei Maria da Penha é o resultado de uma luta histórica em decorrência da violência sofrida pela mulher. Muitas vezes essa violência não deixa marcas físicas, e a palavra da vítima é a única prova consistente de toda a violência sofrida.

Na atualidade, a maior parte da doutrina e jurisprudência considera a possibilidade de uma condenação baseada na palavra da vítima. Determinados autores afirmam que, em alguns tipos criminais, reputados como exceção, (casos de violência doméstica, que vão contra liberdade sexual, os crimes patrimoniais, etc.) a palavra da vítima tem valor fundamental para o esclarecimento dos fatos e para efetivar uma condenação, principalmente quando não exista nenhuma prova no processo que possa corroborar as versões ali apresentadas.

Nucci (2011, p. 457), seguidor da corrente majoritária que defende esse tipo de condenação, ressalta que “a palavra isolada da vítima, sem testemunha a confirmá-la, pode dar margem à condenação do réu, desde que resistente e firme, harmônica com as demais circunstâncias colhidas ao longo da instrução”.

MARTINS (1996, p. 117), no mesmo sentido assevera que:

A vítima, por ter sido atingida pelo fato, portanto dele participado de alguma forma, pode esclarecer pontos relevantes, advindo do seus informes, mormente nos crimes sexuais – praticados, via de regra, a descoberto de testemunhas -, os dados que permitem o julgamento.

De acordo com Oliveira (2012, p. 425), “Semelhante conclusão assume relevância ainda maior no que se refere aos chamados crimes contra a dignidade sexual, quando a palavra da vítima é sempre de capital importância, para fins de condenação.” As declarações do ofendido nesses casos, segundo os entendimentos mais modernos, poderão sim efetivar uma condenação, logo se observa que, a proteção oferecida a vítima é desproporcional à realidade. A possibilidade de condenação sem a produção de qualquer prova para ratificar essa versão seria totalmente injusto ao réu.

E uma análise minuciosa percebe-se que estes atos podem gerar uma marginalização elevada do possível ofensor, impossibilitando uma defesa efetiva dos réus. Aceitando a assertiva de que tal palavra tem decisiva relevância, estaríamos invertendo o ônus para que o réu produza provas em sua defesa, não tendo a vítima tal obrigação. É inevitável mencionar que, do mesmo modo que existe uma dificuldade para a vítima para a produção da prova, já que ocorrem em recintos fechados, se esses fatos forem imputados falsamente ao réu, também será difícil a colheita de provas defensivas, quebrando assim o princípio da isonomia e da proporcionalidade, tão prezados pelo nosso ordenamento jurídico.

A jurisprudência também se inclinou majoritariamente para a possibilidade de condenação apenas com a palavra da vítima:

APELAÇÃO CRIMINAL. LESÕES CORPORAIS. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. MANUTENÇÃO DA CONDENAÇÃO. PROVA DA AUTORIA E MATERIALIDADE. PALAVRA DA VÍTIMA. FORÇA PROBATÓRIA. Existindo prova da autoria e da materialidade das lesões sofridas pela vítima, não há como afastar o comando condenatório. Em crimes de violência doméstica, diante da divergência das versões apresentadas pelo acusado e pela vítima, prepondera esta, por tratar de crimes praticados, em geral, sem a presença de testemunhas, pois no ambiente doméstico.(TJ-RS, Relator: Catarina Rita Krieger Martins, Data de Julgamento: 01/03/2012, Terceira Câmara Criminal).

APELAÇÃO CRIME. AMEAÇA E VIAS DE FATO. PALAVRA DA VÍTIMA. PROVA SUFICIENTE PARA A CONDENAÇÃO. PROVIMENTO PARCIAL. Nos crimes de violência doméstica, os quais, geralmente, ocorrem à distância de testemunhas, a palavra da ofendida assume especial relevo, **consistindo em prova suficiente para a condenação**. Apelo defensivo parcialmente provido. (Apelação Crime Nº 70042446518, Quarta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Gaspar Marques Batista, Julgado em 29/06/2011) (TJ-RS - ACR: 70042446518 RS, Relator: Gaspar Marques Batista, Data de Julgamento: 29/06/2011, Quarta Câmara Criminal, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 05/08/2011).(Grifo nosso)

APELAÇÃO CRIMINAL. AMEAÇA. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. AUSÊNCIA DE PROVAS. ABSOLVIÇÃO. INVIABILIDADE. RECURSO IMPROVIDO. 1. A palavra da vítima, nos crimes cometidos no âmbito da violência doméstica, quando firme e coerente, **é prova suficiente para justificar sentença condenatória**. Especialmente quando corroborada por outros elementos de provas colhidos na instrução, como no caso destes autos. 2. Inexistindo prova judicial capaz de invalidar a versão firme e coerente apresentada pela vítima, que foi corroborada com depoimentos testemunhais, não há que se falar em absolvição do apelante. 3. Recurso improvido à unanimidade. (TJ-PI - ACR: 201100010060882 PI, Relator: Des. Joaquim Dias de Santana Filho, Data de Julgamento: 10/04/2012, 2a. Câmara Especializada Criminal). (Grifo nosso)

As atitudes tomadas pelas Cortes Superiores deixam claro que a condenação baseada pura e simplesmente na palavra da vítima é realidade nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher na atual situação do Brasil. A discussão já foi mais assídua acerca da valoração dessa palavra, mas no transcorrer do tempo, a jurisprudência se acentuou quanto a possibilidade de acolher a palavra da vítima como prova suficiente para a condenação do réu.

Em posicionamento contrário, ainda se encontra parte minoritária da doutrina, mas, de modo algum, tal corrente pode ser considerada menos importante. Os autores da referida doutrina sustentam que a melhor posição sobre o tema é aquela que aplica um maior questionamento a palavra da vítima, exigindo desse modo, o mínimo de provas que a possam sustentar. Segundo Aranha (2012, p. 141):

A situação psicológica da vítima no processo é bem paradoxal: de um lado, está capacitada mais do que qualquer outra de reproduzir a verdade, e, do outro, a sua vontade não pode ser considerada como isenta de fatores emocionais. Em primeiro lugar, por ter suportado a ação [...] estaria a tal ponto desperta que possibilitaria uma reprodução fiel do ocorrido, inclusive minúcias e detalhes. Contudo, sua vontade fatalmente estaria atingida, possuída de indignação ou dor, a ponto de ser impossível uma total isenção. Não se pode encontrar uma vítima despida totalmente de sentimentos, com tal frieza emocional que seja possível falar-se em imparcialidade. Além do mais, não podemos esquecer que não são raros os casos de pseudovítimas, criadas por uma imaginação traumatizada [...]

Com a afirmativa do doutrinador Aranha (2012), fica claro que a palavra da vítima, por menor que seja, sempre conterá uma carga emocional em si. Indaga-se nesse momento se a possibilidade de condenação na mera palavra da vítima pode ser absoluta. Analisando tal parâmetro, inegável é a constância de casos de pseudovítima ou de vítimas provocadoras no âmbito da Lei 11.340/06, evidenciando dessa forma, para os autores que seguem a corrente minoritária, a

impossibilidade da condenação sustentada somente na palavra da vítima, segundo Rogério Greco, constantes são os casos de réus acusados injustamente e vítimas que deveriam ocupar o banco dos réus. De acordo com Greco (2010, p. 473):

Quem tem alguma experiência na área penal percebe que, em muitas situações, a suposta vítima é quem deveria estar ocupando o banco dos réus, e não o agente acusado de estupro. Mediante a chamada síndrome da mulher de Potifar, o julgador deverá ter a sensibilidade necessária para apurar se os fatos relatados pela vítima são verdadeiros, ou seja, comprovar a verossimilhança de sua palavra, haja vista que contradiz com a negativa do agente. A falta de credibilidade da vítima poderá, portanto, conduzir absolvição do acusado, ao passo que a verossimilhança de suas palavras será decisiva para um decreto condenatório.

Imperioso é citar a importância dos julgadores sensíveis à realidade do caso. Sabe-se que, com a permissiva apresentada pelas Cortes Superiores, muitos julgadores acabam por recepcionar a palavra da vítima como prova única para efetivar condenações sem ao menos interagir com as versões apresentadas pelas partes; é comum no âmbito do direito a discriminação dos réus apenas por estarem nessa posição processual, com total descaso à versão apresentada por este. É certo que solução para a punição dos infratores de violência doméstica não é a condenação, com o possível encarceramento, sendo muito mais eficaz nesses casos a implantação de políticas socioeducativas que melhormente atendem aos casos, que até já estão presentes nas Varas de Violência Doméstica, mas que são esquecidas por muitos juízes. Extremado, o Desembargador Romero Osme Dias Lopes proferiu:

[...] a referida lei é um grande engano. Estabelece a obrigatoriedade do caminho penal quando se sabe que a mulher vítima de violência doméstica – exceto a sexual e de lesões graves – não quer que seu companheiro ou marido seja preso, muito menos condenado criminalmente. A solução não está no Direito Penal, mas na criação de políticas públicas com compromisso de recuperar o respeito mútuo que deve imperar no seio familiar. A condenação do agressor só piora a relação familiar. A vontade da mulher agredida é de que as agressões cessem, não porque o marido foi preso, mas porque de alguma forma o Estado interveio para apaziguar o problema familiar.”(Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, Rel. Des: Romero Osme Dias Lopes, Nº2007.023422-4/0000-00, 26/09/2007 Órgão Julgador: 2ª Turma Criminal Classe: Recurso em Sentido Estrito).

Manzano um dos defensores dessa corrente, assevera que a palavra da vítima pode ser usada como prova, mas não significa que poderá efetivar decretos condenatórios. Manzano (2012, p. 398) assevera, ainda, que:

Nos crime contra o patrimônio e contra a liberdade sexual, que são normalmente cometidos longe de olhares auspiciosos de testemunhas oculares, segundo a jurisprudência a palavra da vítima merece especial credibilidade. Isso não significa que a sentença condenatória possam se alicerçar somente na palavra dela.

O pensamento de Manzano, mostra de forma límpida que a utilização da palavra da vítima deve ser casuístico (baseado no caso concreto), impossibilitando dessa forma, que a palavra da vítima venha a ser utilizada como forma única para efetivar o decreto condenatório. Repudiando a jurisprudência atual sobre o tema, e fazendo parte da corrente minoritária, Moraes e Lopes (1994, p. 118) afirmam “ser impossível aceitar a palavra isolada da vítima para escorar um decreto condenatório”.

A palavra do ofendido em âmbito de violência doméstica e familiar deve sim ser levada em consideração, podendo ser prova fundamental para que o processo tome o rumo desejado, ocorre que, no momento em que as cortes superiores entenderam que apenas a palavra da vítima, mesmo que, possa efetivar decretos condenatórios, acabaram por auferir um valor demasiado a essa palavra, permitindo maiores desvios da finalidade com a Lei 11.340/06.

Correto é que tal lei teve o intuito de oferecer benefícios a um determinado gênero da sociedade, no sentido de igualar uma desigualdade histórica. Mas, como tais benefícios foram exacerbados acabou por possibilitar o mau uso, o que é repudiado pelo nosso Direito Penal. Atualmente, o mau uso se tornou frequente, prova disso são as constantes denúncias de homens que se sentiram marginalizados e feridos por tal lei. Segundo Bitencourt (1971, p. 107):

O percuente exame dos índices de valor ao alcance do juiz é o importante fator subjetivo de uma conclusão prudente. Primeiramente, a prova da materialidade da infração, prova, que se não for direta, deverá ser bem robusta; em segundo lugar, os elementos circunstanciais, senão totalmente favoráveis à palavra da vítima, ao menos tendentes a não destruir aquela presunção (...) de que a animosidade da ofendida só se dirige contra o verdadeiro ofensor. Os elementos circunstanciais são muitos, a começar pela normalidade do depoente, pois a mentira pode obedecer a fatores biológicos que devem ser esclarecidos com os postulados da moderna fisiopsicologia.

Desta feita, é notório que a jurisprudência e a maioria da doutrina são favoráveis a maior valoração da palavra da vítima nos crimes envolvendo a violência doméstica familiar, por se tratar de crimes muito peculiares e quase

sempre anônimos. Entretanto, os posicionamentos minoritários não devem ser desprezados, pois, acreditam que a palavra do ofendido deve sim ter carga valorativa maior em relação as demais provas, o que se verifica é um cuidado especial para que os casos sejam analisados com muito critério para que os direitos e garantias fundamentais não sejam tolhidos sem indícios inequívocos de uma verdade real.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Vitimologia hoje é considerada matéria imprescindível para o estudo do crime e da criação de políticas criminais que efetivamente funcionem. A vitimologia veio em crescente evolução nas últimas décadas e atualmente pode ser considerada como matéria autônoma da Criminologia e das demais Ciências devido sua grande leva de princípios próprios e, principalmente por utilizar-se de meios diferenciados/específicos para o estudo das vítimas nos processos judiciais.

O estudo vitimológico mostra-se fundamental para entender os meios que envolvem o crime, sendo de suma importância a “classificação das vítimas”, que permite uma melhor diferenciação dos tipos de vítima no caso concreto e consequentemente a imputação de um real valor a sua palavra.

Os meios de prova no processo penal são os mais diversos possíveis, nosso ordenamento não traz um rol taxativo dos meios de prova que serão admitidos, mas, tão somente, nos mostra aqueles meios probatórios mais utilizados e sua carga valorativa quando utilizados no processo. A palavra da vítima é também considerada importante meio de prova no nosso ordenamento, sendo esta, na maioria das vezes, imprescindível para a formação de um conjunto probatório suficiente para a condenação do acusado.

A doutrina e jurisprudência se assentaram numa posição confortável sobre o que se denominou “regra” e “exceção” na valoração da palavra da vítima. Na primeira, a consideração da palavra da vítima é utilizada de modo razoável, já que nestes casos as circunstâncias gerais do crime se inclinam para a possibilidade de maiores colheitas de prova, ou seja, nos crimes em que consideramos como “regra”, a palavra da vítima deve ser utilizada de modo ponderado, não podendo de nenhuma forma ser utilizada como principal meio de prova e muito menos efetivar um decreto condenatório. Já nos crimes considerados “exceção” a palavra da

vítima deve sim obter uma maior valoração, nesses crimes geralmente não existe a presença de testemunhas que possam confirmar a ocorrência do fato, já que esses ocorrem em recinto fechados. Desse modo, no que tange a “exceção” pode-se afirmar que a palavra da vítima poderá ser considerada prova de suma importância para a condenação do acusado, mas isso não significa de modo algum que a condenação poderá ser baseada na pura e simples palavra da vítima.

Até meados de 2009 a doutrina e jurisprudência encontravam-se numa acirrada discussão sobre a possibilidade da condenação baseada puramente na palavra da vítima na violência doméstica. Atualmente, o que se vê é uma severa crítica por parte dos doutrinadores em face de uma jurisprudência unânime quanto à possibilidade de uma condenação nos referidos termos, baseada justamente na dificuldade da colheita de provas, já que, a violência doméstica ocorre geralmente em recintos onde, como regra, não existe a presença de testemunhas.

Sabe-se que a Lei Maria da Pena, quando elaborada, teve como escopo a reeducação e principalmente a punição de homens que perpetravam a violência doméstica por acreditarem que ainda viviam numa sociedade patriarcal, onde inexistiam direitos às mulheres. De certo modo, tal lei logrou êxito, pois oferece diversos meios preventivos da ocorrência de violência doméstica, é certo que diversas Varas de Violência Doméstica oferecem psicólogos e defensores públicos para o atendimento de tais vítimas, além dos conhecidos meios de proteção oferecidos pela lei.

O presente trabalho pretendeu demonstrar que a palavra da vítima poderá ser utilizada como meio suficiente para a condenação do acusado, desde que com ponderação e alinhada com os demais componentes processuais. Destaca-se que durante a pesquisa, pode-se sentir que, mesmo no contexto da Lei Maria da Penha, onde a palavra da vítima tem um peso significativo, muitos são os casos de residência dos casos de agressão.

O que se verificou durante a pesquisa, é que o aparato montado pelo Estado é de cunho eminentemente punitivo de cunho criminal. Contudo, a Lei 11.340 elenca diversas formas de proteção às mulheres que podem ser utilizadas com mais rapidez e eficácia, enquanto se aguarda a ação das autoridades policiais e judiciárias.

Caso as políticas públicas de apoio às vítimas fosse realmente implementadas e não existissem apenas no papel, haveria uma rede de

acompanhamento das mulheres vítimas de violência, fator que por si só eliminaria os riscos de reincidência desse tipo de agressão e simplesmente reduziria a discussão acerca do valor probatório da palavra da vítima.

Nesse sentido, entende-se que, quando se aproxima o aparato estatal para que se, efetivamente, acompanhe os casos de violência contra a mulher, é fácil que se perceba as marcas profundas deixadas pelos agressores, inclusive as de cunho psicológico.

Sendo assim, depreende-se que a solução mais viável seria a criação de políticas criminais que previnam a ocorrência de tais crimes, para, dessa forma, propiciar uma drástica diminuição dos casos de violência doméstica. Além disso, cabe a criação de verdadeiros centros de estudo psicossocial que irão interpretar e classificar psicologicamente tanto as vítimas quanto os réus. Finalmente, cabe ao julgador dessas áreas ter real afinidade com o tema, já que, os crimes de violência doméstica são peculiares aos demais, devendo o julgador perceber os mínimos detalhes a fim de mais se aproximar da verdade real.

REFERÊNCIAS

ALDROVANDI, E. O. C. **Nos passos da violência**. Capivari: EMI, 1997.

ALMEIDA, A. de M. M. de Justiça para mulheres e homens: **o direito à assistência jurídica**. In: FONSECA, R. M. G. S. da. (Org). Mulher e cidadania na nova ordem social. São Paulo: Nemge/USP, 1996. P. 75-80.

ARENDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília/DF, 05/10/1988.

BRASIL. **Lei complementar 11.340 07.08.2006** – lei Maria da Penha. Brasília/DF, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Aspectos jurídicos do atendimento às vítimas de violência sexual** – perguntas e respostas para profissionais de saúde. Brasília/DF, 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Maria da Penha**: Lei n. 11.340 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 22 Out. 2017.

BRASIL. Secretaria de Políticas para Mulheres. **Conheça a lei que protege as mulheres da violência doméstica e familiar**: Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/2006. Brasília/DF, 2012.

_____. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 22 Out. 2017.

_____. Presidência da República. Decreto Lei 2848 de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

CARDIA, N. A violência urbana e os jovens. In: PINHEIRO, P. **São Paulo sem medo**: um diagnóstico da violência urbana. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **Participando do Debate sobre Mulher e Violência**. São Paulo: Zahar, 1985.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pelegrini; DINAMARCO, Cândido R. **Teoria Geral do Processo**. 17 ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

COMPARATO, Fábio Konder. **O poder judiciário no regime democrático**. In. Cidadania e Justiça. Revista da AMB, ano 7., n. 13, 2004.

DAMACENA, Andréia e ARNAUD, Dy: **Violência no Brasil: Representação de um mosaico**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

DEMERCIAN, Pedro Henrique; MALULY, Jorge Assaf. **Curso de Processo Penal**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça**: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito**: técnica, decisão, dominação. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FREITAS, Vladimir Passos de. **Historia da Justiça no Brasil. Corregedoria, aspectos históricos. Controle disciplinar da magistratura. Reforma constitucional e conselho nacional da magistratura**. In FREITAS, Vladimir Passos de (Coord.). Corregedorias do Poder Judiciário. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho científico**: elaboração e formatação. Explicitação das normas da ABNT. 15. ed. Porto Alegre, 2009.

GIORDANI, ANNECY Tojeiro. **Violência contra a mulher**. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2006.

GONÇALVES, Aparecida e CRUZ, Ane. **A implementação da Lei 11.340 Maria da Penha**. In: Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos. 3 ed., Brasília. Setembro de 2006. Disponível em <http://midia.pgr.mpf.gov.br/hotsites/diadamulher/docs/cartilha_violencia_domestica.pdf> Acesso em 22 Out. 2017.

IZUMINO, Wânia Pasinato. Justiça criminal e violência contra a mulher: o papel da justiça na solução dos conflitos de gêneros. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, n. 18, abril-junho de 1997. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997, pp. 147-170.

LAKATOS, Eva. Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 15 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2011.

LIMA, Rogério Medeiros Garcia de. **Acesso ao Poder Judiciário: aplicação do direito, linguagem, tecnologia, e Justiça**. Disponível em: <https://www.amagis.com.br/uploads/noticias/plusfiles/10799_0.pdf> Acesso em 15 Dez. 2017.

MARCONDES FILHO, C. **Violência fundadora e violência reativa na cultura brasileira**. São Paulo em perspectiva. São Paulo: v. 15, 2001.

MENEGHEL, Stela Nazareth; MUELLER, Betânia; COLLAZIO, Marcell Emer e QUADROS, Maíra Meneghel de. **Repercussões da Lei Maria da Penha no enfrentamento da violência de gênero**. Ciênc. saúde coletiva vol.18 no.3 Rio de Janeiro Mar. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141381232013000300015&script=sci_arttext> Acesso em 22 Out. 2017.

MORAIS, Paulo Heber; LOPES, João Batista. **Da Prova Penal**. 2 ed. - SP: Copola, 2012.

NUCCI, Guilherme Souza. **Manual de processo penal e execução penal**. 8. ed. Revista dos Tribunais, São Paulo, 2011.

Oliveira, Eugênio Pacelli de. **Curso de processo penal**. 16. Ed. São Paulo, Atlas, 2012.

PINAFI, Tânia. **Violência contra a mulher: políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade**. São Paulo, Revista Histórica, edição nº 21 de abr/mai de 2007. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao21/materia03/>>. Acesso em: 22 Out. 2017.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Hernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SALLES JUNIOR, Romeu de Almeida. **Lesões corporais** – doutrina, comentários, jurisprudência e prática. 4. ed. São Paulo: Editora Oliveira Mendes, 1998.

SEGÓVIA, Davi. **A interpretação extensiva do conceito jurídico de violência doméstica à luz dos dispositivos legais da lei Maria da Penha, sua possível ou não extensão as relações alheias à coabitação**. Ji-paraná/RO: Via Biblioteca multimídia CEULJI/ULBRA. 2010.

SERRAT, S. M. **Fatores biológicos da criminalidade: uma falácia persistente**. Revista dos Tribunais. São Paulo: v. 78, 1989.

SILVA, Aline Simões de Lemos Da. e TEIXEIRA, Amanda Pinheiro Machado. **A Lei Maria da Penha e sua eficácia**. Âmbito Jurídico. 2014. Disponível em <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14188> Acesso em 22 Out. 2017.

Silva, Carla da. **Uma realidade em preto e branco: as mulheres vítimas de violência doméstica**. 2011. 142 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

SILVA, D.C. **A aplicação da Lei Maria da Penha na proteção dos direitos do homem**. Disponível em <www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_%20leitura&artigo_id=12899> Acesso em 25 Out. 2017.

SOUZA, Beatriz Pigossi. **Violência doméstica – lei “maria da penha”: solução ou mais uma medida paliativa?**. 2014. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Juridica/article/viewFile/789/764>>. Acesso em: 22 Out. 2017.

SOUZA, Valéria Pinheiro de. Violência doméstica e familiar contra a mulher - A lei Maria da Penha: uma análise jurídica: Banco de dados. **Brasil Escola**. 2008. Disponível em <<http://monografias.brasilecola.com/direito/violencia-domestica-familiar-contra-mulher-lei-maria-.htm>> Acesso em 22 Out. 2017.

STECANELA, Nilda.; FERREIRA, Pedro Moura; **Mulheres e narrativas identitárias – mapas do trânsito da violência conjugal**. Caxias do Sul: Ed. Educs, 2011.